



**ORDEM
DO CARMO**

*** 1736 ***

VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE NOSSA SENHORA DO CARMO

Relatório e Contas | 2018

CONTEÚDO

Relatório de Gestão	5
Balanço	11
Demonstração dos Resultados por Naturezas	12
Demonstração de Alterações nos Fundos Patrimoniais	13
Demonstração de Fluxos de Caixa	15
Anexo às Demonstrações Financeiras	16

INDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO.....	5
BALANÇO	11
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	12
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS.....	13
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA.....	15
ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	16
1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE	16
2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	17
2.1. Bases de Apresentação	17
2.2. Derrogação das disposições da NCRF-ESNL.....	17
2.3. Efeitos das alterações à Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL).....	18
2.4. Comparabilidade das demonstrações financeiras.....	18
3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	18
3.1. Bases de Apresentação	18
3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração	20
4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS ...	26
5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	27
6. ATIVOS INTANGÍVEIS	30
7. FINANCIAMENTOS OBTIDOS.....	30
8. INVENTÁRIOS	31
9. RÉDITO	31
10. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES, ATIVOS CONTINGENTES E GARANTIAS.....	32
11. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO.....	32
12. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO	33
13. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS.....	33
14. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS.....	34



15. OUTRAS INFORMAÇÕES	34
15.1. Investimentos Financeiros.....	34
15.2. Clientes e Utentes	35
15.3. Créditos a Receber	36
15.4. Diferimentos	37
15.5. Outros ativos correntes	37
15.6. Caixa e Depósitos Bancários	38
15.7. Fundos Patrimoniais.....	38
15.8. Provisões.....	39
15.9. Fornecedores	40
15.10. Estado e Outros Entes Públicos	40
15.11. Outros Passivos Correntes.....	41
15.12. Subsídios, Doações e Legados à Exploração	41
15.13. Fornecimentos e serviços externos	42
15.14. Outros rendimentos	42
15.15. Outros gastos	43
15.16. Resultados Financeiros	43
16. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	43
17. EVENTOS SUBSEQUENTES	44
18. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	44

Exmas. Irmãs e Exmos. Irmãos da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo

Nos termos das disposições Estatutárias, temos a honra de submeter à Vossa apreciação o Relatório de Gestão e Contas relativo ao período de 31 de Dezembro de 2018.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Pretende-se, com o presente Relatório, dar conhecimento, a todos os Irmãos e às Entidades com quem esta Instituição se relaciona no seu dia-a-dia, dos factos e ocorrências mais relevantes que se verificaram no decurso deste exercício respeitante à atividade socioeconómica da **Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo**, no exercício de 2018.

1. ANÁLISE DA CONJUNTURA ECONÓMICA

ECONOMIA INTERNACIONAL¹

A economia mundial está a dar sinais de claro abrandamento, tendência que se tem vindo a verificar desde os últimos meses de 2018. O crescimento global em 2018 foi de 3,7% (3,8% em 2017) e, segundo o Fundo Monetário Internacional, estima-se que a economia global deva crescer 3,5% em 2019 e 3,6% em 2020.

É nas chamadas economias avançadas, e na zona euro em particular, que o abrandamento é mais acentuado. As maiores desacelerações registaram-se em França e na Alemanha, tendo a Itália entrado mesmo em recessão técnica no segundo semestre de 2018. Na maior economia emergente, a China, o abrandamento também é notório, mas mesmo assim, continuará a registar taxas de crescimento acima de 6%.

A inflação dos preços ao consumidor permaneceu, geralmente, contida nos últimos meses de 2018 nas economias avançadas, mas aumentou nos Estados Unidos, onde o crescimento continua acima da tendência. Entre as economias de mercado emergentes, as pressões inflacionárias estão a diminuir com a queda nos preços do petróleo.

¹ Fonte: Fundo Monetário Internacional (FMI)

Alguns fatores desencadeadores de risco, para além da escalada das tensões comerciais, poderão ter implicações adversas no crescimento, especialmente devido aos altos níveis de dívida pública e privada. Um dos maiores riscos para a economia mundial é uma saída desordenada do Reino Unido da União Europeia ou então uma saída que se prolongue durante meses.

A principal prioridade política é que os países resolvam de modo cooperante e rápido os seus desacordos comerciais e a consequente incerteza política, em vez de aumentar ainda mais as barreiras “prejudiciais” e de tornar ainda mais instável uma economia global já em desaceleração. É imperativo aplicar, em todas as economias, medidas para impulsionar o potencial crescimento do PIB, aumentar a inclusão e fortalecer os amortecedores orçamentais e financeiros, num ambiente de elevado endividamento e condições financeiras mais rígidas. O objetivo é que as economias sejam mais resistentes, mais inclusivas e optem pelo caminho da colaboração, em vez da confrontação.

ECONOMIA PORTUGUESA²

Após a tendência de crescimento da economia portuguesa que se tem verificado nos últimos anos, onde verificamos um crescimento de 2,8% em 2017, em 2018 verificamos um ligeiro decréscimo com a economia a crescer 2,1%. As projeções do Banco de Portugal apontam para o seguimento da trajetória de crescimento, embora em desaceleração. De acordo com as atuais projeções, o PIB deverá abrandar para 1,8% em 2019, 1,7% em 2020 e 1,6% em 2021. A economia portuguesa deverá caracterizar-se por uma progressiva convergência do crescimento para o seu nível potencial.

Este perfil de abrandamento resulta em larga medida devido a uma desaceleração das exportações, tendo sido estas um dos principais motores de crescimento em Portugal, registando o maior peso no PIB dos últimos 65 anos. A economia portuguesa está bastante aberta ao exterior e pode depender por isso mais da conjuntura internacional.

Verificou-se também, em 2018, um abrandamento moderado do consumo privado, estando este a crescer ao ritmo mais baixo dos últimos seis anos, sendo este perfil extensível às componentes duradoura e não duradoura do consumo. Adicionalmente, a atual situação de incerteza quanto à evolução do comércio internacional num quadro de tensões protecionistas poderá também

² Fonte: Banco de Portugal

condicionar as decisões de investimento das empresas. Também se espera que o consumo público desacelere em termos reais, devido à hipótese de menor crescimento do emprego público.

Em relação ao emprego, tal como aconteceu em 2018, em que o emprego cresceu cerca de 2,2%, este continuará a seguir uma tendência crescente, embora a um ritmo progressivamente menor face aos anos anteriores, verificando-se uma descida gradual da taxa de desemprego. O crescimento do emprego reflete essencialmente a evolução no setor privado.

A taxa de inflação média de 2018 fixou-se nos 1%, sendo que esta evolução dos preços representa uma desaceleração face à inflação de 1,4%, verificada em 2017. Contudo, as projeções apontam para um perfil ligeiramente ascendente deste indicador nos próximos anos, motivado, essencialmente, pela componente não energética. Este aumento reflete essencialmente um aumento das pressões inflacionistas internas, em particular a transmissão para os preços do aumento dos custos salariais e das margens de lucro, num contexto de continuação do crescimento económico e de aumento de expectativas de inflação.

Durante o período de recuperação iniciado em 2013, a economia portuguesa evidenciou traços que permitem atualmente perspetivar um crescimento mais sustentado da atividade, porém, continua ainda a enfrentar constrangimentos específicos ao crescimento no médio-longo prazo. Apesar dos progressos realizados nos últimos anos ao nível do funcionamento dos mercados e da redução do endividamento dos diversos setores da economia, estes fatores deverão continuar a condicionar a evolução do investimento e da produtividade. O envelhecimento da população cria limitações ao contributo do fator trabalho para o crescimento, apesar de a evolução dos fluxos migratórios poder vir a compensar esta dinâmica negativa. Neste quadro, a aposta no capital humano afigura-se essencial para promover o crescimento no longo prazo.

2. ANÁLISE DA EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE

Este relatório tem como finalidade dar conhecimento a todos os Irmãos e Entidades com quem a Ordem do Carmo se relaciona, dos factos e acontecimentos mais relevantes que se verificaram no decorrer deste exercício no que se refere à atividade socioeconómica no ano de 2018.

Destacamos a seguir as principais atividades desenvolvidas pela Mesa Administrativa no decurso de 2018:

- Concluíram-se as obras no 1º piso, o que permitiu iniciar a ocupação dos novos quartos aí localizados, agora com pagamento mensal, sendo o espaço restante ocupado com os serviços comuns a toda a residência sénior. A Ordem do Carmo passou assim a cumprir com a legislação que regula o funcionamento da ERPI o que não acontecia quando esta Mesa tomou posse em Agosto de 2016.
- Iniciou-se em Abril com assinalável êxito a primeira fase do Circuito turístico da Ordem do Carmo, abrangendo a Casa Estreita (Escondida), a Igreja e as Catacumbas onde se instalou a exposição permanente das Pratas da Ordem, que em Novembro e Dezembro de 2017 estiveram expostas no Museu Soares dos Reis. A Ordem do Carmo passou a dispor desde essa data com uma nova fonte de receita que em muito tem contribuído para o seu equilíbrio financeiro.
- Continuou-se a atualização das rendas do património imobiliário e em alguns casos culminando com a substituição de inquilinos, com grande vantagem financeira para a Ordem.
- O cemitério privativo da Ordem do Carmo foi objeto de especial atenção tendo-se procedido a um levantamento topográfico, a uma revisão geral da situação atual dos Jazigos e das situações de incumprimento das obrigações contratuais dos concessionários e também a uma atualização dos preços de acordo com os valores de mercado. Neste momento o cemitério contribui com uma receita apreciável para a Ordem do Carmo.
- O projeto da obra prevista para o edifício do Carregal sofreu um atraso dado que a Divisão do Património Municipal da Câmara deu um parecer negativo que levou ao indeferimento pelo facto do prédio se encontrar inventariado. Esta situação veio a ser ultrapassada só em 2019 pelo que pensamos que a obra só ficará concluída em 2021.

Agradecemos aos nossos colaboradores todo o empenho e esforços demonstrados para que se consiga atingir o equilíbrio financeiro da Ordem do Carmo, verificando-se que os resultados de 2018 apresentam já uma considerável melhoria em relação ao ano anterior.

Com o contributo de todos, a Ordem do Carmo vai recuperando gradualmente da situação difícil em que se encontrava e acreditamos que está no caminho certo para voltar, num futuro próximo, ao lugar a que tem merecimento na cidade do Porto.

3. FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Não ocorreram acontecimentos subsequentes que impliquem ajustamentos e, ou, divulgação nas contas do exercício, nomeadamente situações ambientais e laborais que possam pôr em causa a atividade futura da empresa.

4. DÍVIDAS À ADMINISTRAÇÃO FISCAL E AO CENTRO REGIONAL E SEGURANÇA SOCIAL

Em 31 de Dezembro de 2018, a Ordem do Carmo não tinha quaisquer dívidas nem à Administração Fiscal nem à Segurança Social.

5. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Mesa Administrativa propõe que o resultado líquido negativo de 585.408,70 euros (Quinhentos e Oitenta e Cinco Mil Quatrocentos e Oito Euros e Setenta Cêntimos) seja transferido na sua totalidade para a rubrica de Resultados Transitados.

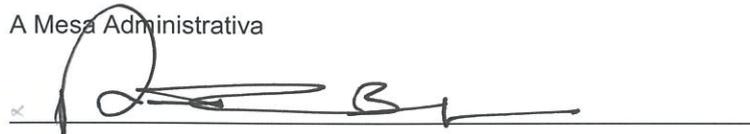
6. AGRADECIMENTOS

A todos os colaboradores, funcionários, pessoal de enfermagem e demais fornecedores e prestadores de serviços da Ordem do Carmo que em tempos de tanta angústia, de tanta carência e de tanto sacrifício permaneceram fiéis ao serviço dos mais carenciados, dos mais dependentes, dos que mais sofrem, a Mesa Administrativa deixa bem expresso o seu reconhecimento, o seu respeito, o seu afeto que mais não são do que o justo reconhecimento, respeito e afeto da Venerável Instituição que somos chamados a servir.

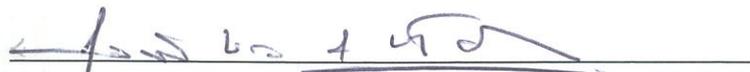
Aos Irmãos e à Mesa da Assembleia Geral apresentamos os nossos melhores cumprimentos e agradecemos o apoio e colaboração prestada.

Porto, 20 de Maio de 2019

A Mesa Administrativa



Provedor - Rui Manuel Teixeira de Oliveira Barbosa



Vice-Provedor - João Ruy Ribas dos Santos



Tesoureiro - Maria Gabriela Guimarães Gaifem Ramos



1.º Secretário - Vasco António Vasconcelos Peixoto Taveira



2.º Secretário - Francisco Bernardo Almada Lobo

BALANÇO

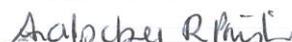
VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE NOSSA SENHORA DO CARMO
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(valores em Euro)

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	8 788 976,66	8 924 095,76
Ativos intangíveis	6	1 827,71	3 654,86
Investimentos financeiros	15.1	1 898,24	1 247,48
		8 792 702,61	8 928 998,10
Ativo corrente			
Inventários	8	0,00	0,00
Clientes	15.2	257 351,74	485 102,37
Estado e outros Entes Públicos	14; 15.10	35 556,77	10 901,17
Créditos a receber	15.3	136 700,56	425 722,02
Diferimentos	15.4	0,00	1 785,45
Outros ativos correntes	15.5	5 017,85	5 052,96
Caixa e depósitos bancários	15.6	459 766,77	535 465,03
		894 393,69	1 464 029,00
Total do ativo		9 687 096,30	10 393 027,10
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	15.7	719 946,63	719 946,63
Reservas	15.7	243 502,52	243 502,52
Resultados transitados	15.7	-9 274 743,44	-8 134 763,75
Excedentes de revalorização	15.7	13 448 481,82	13 636 275,31
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	15.7	818 446,63	818 446,63
Resultado Líquido do período	15.7	-585 408,70	-1 225 393,06
Total do fundo do capital		5 370 225,46	6 058 014,28
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões	10; 15.8	30 000,00	0,00
Fornecedores	15.9	645 421,94	782 749,46
Outros passivos correntes	15.11	815 983,70	1 038 552,01
		1 491 405,64	1 821 301,47
Passivo corrente			
Fornecedores	15.9	179 633,35	65 229,12
Estado e outros Entes Públicos	14; 15.10	16 799,85	37 135,20
Financiamentos obtidos	7	0,00	22,46
Diferimentos	15.4	1 729 058,45	1 832 462,36
Outros passivos correntes	15.11	899 973,55	578 862,21
		2 825 465,20	2 513 711,35
Total do passivo		4 316 870,84	4 335 012,82
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		9 687 096,30	10 393 027,10

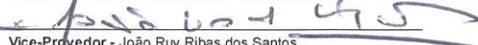
Porto, 20 de Maio de 2019

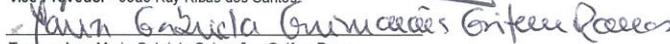
O Contabilista Certificado


Dra. Ana Isabel Prista

A Mesa Administrativa


Provedor - Rui Manuel Teixeira de Oliveira Barbosa


Vice-Provedor - João Ruy Ribas dos Santos


Tesoureiro - Maria Gabriela Guimarães Galfem Ramos


1.º Secretário - Vasco António Vasconcelos Peixoto Taveira


2.º Secretário - Francisco Bernardo Almada Lobo

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

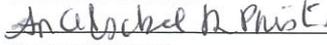
VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA DE NOSSA SENHORA DO CARMO
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(valores em Euro)

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2018	2017
Vendas e serviços prestados	9	400 939,21	168 051,15
Subsídios, doações e legados à exploração	15.12	104 711,67	116 807,43
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-11 968,08	-15 712,60
Fornecimentos e serviços externos	15.13	-504 073,40	-611 998,75
Gastos com o pessoal	13	-648 958,22	-899 251,88
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	15.2; 15.3	-90 773,18	-753,00
Provisões (aumentos/reduções)	10	-30 000,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor	15.5	34,89	0,00
Outras Imparidades (perdas/reversões)		0,00	373 486,00
Outros rendimentos	15.14	534 970,53	614 022,83
Outros gastos	15.15	-153 455,82	-929 012,33
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		-398 572,40	-1 184 361,15
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5; 6	-186 836,30	-41 031,91
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-585 408,70	-1 225 393,06
Juros e rendimentos similares obtidos	15.16	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	15.16	0,00	0,00
Resultados antes de impostos		-585 408,70	-1 225 393,06
Imposto sobre o rendimento do período	11	0,00	0,00
Resultado líquido do período		-585 408,70	-1 225 393,06

Porto, 20 de Maio de 2019

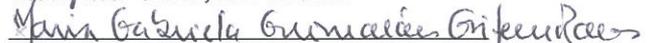
O Contabilista Certificado


 Dra. Ana Isabel Prista

A Mesa Administrativa


 Provedor - Rui Manuel Teixeira de Oliveira Barbosa

Vice-Provedor - João Ruy Ribas dos Santos


 Tesoureiro - Maria Gabriela Guimarães Gaifem Ramos

1.º Secretário - Vasco António Vasconcelos Peixoto Taveira

2.º Secretário - Francisco Bernardo Almada Lobo



DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS

VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA NOSSA SENHORA DO CARMO
DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2017

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						Total	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transfidos	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2017	6	719 846,63	0,00	-14 060 587,75	14 935 531,53	818 446,63	4 870 050,30	7 283 407,34	7 283 407,34
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Aplicação de resultados		0,00	243 502,52	4 626 547,78	0,00	0,00	-4 870 050,30	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis	7	0,00	0,00	1 290 256,22	-1 290 256,22	0,00	0,00	0,00	0,00
		0,00	243 502,52	5 925 804,00	-1 290 256,22	0,00	-4 870 050,30	0,00	0,00
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8						-1 225 393,06	-1 225 393,06	-1 225 393,06
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8						-6 095 443,36	-1 225 393,06	-1 225 393,06
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									
Outras operações	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSIÇÃO NO FIM DO ANO DE 2017	6+7+8+10	719 846,63	243 502,52	-8 134 783,75	13 635 275,31	818 446,63	-1 225 393,06	6 058 014,28	6 058 014,28

Porto, 20 de Maio de 2019

O Contabilista Certificado

Ana Isabel Prista
Dra. Ana Isabel Prista

Mesa Administrativa

Rui Manuel Teixeira de Oliveira Barbosa
Provedor - Rui Manuel Teixeira de Oliveira Barbosa

João Rui Ribas dos Santos
Vice-Provedor - João Rui Ribas dos Santos

Maria Gabriela Guimarães Galfem Ramos
Tesoureiro - Maria Gabriela Guimarães Galfem Ramos

Vasco António Vasconcelos Peixoto Taveira
1.º Secretário - Vasco António Vasconcelos Peixoto Taveira

Francisco Bernardo Almada Lobo
2.º Secretário - Francisco Bernardo Almada Lobo

VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA NOSSA SENHORA DO CARMO
 DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PRÓPRIOS NO PERÍODO 2018

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe						Total	Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transilados	Excedentes de revalorização	Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período		
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO DE 2018	6	719 946,63	243 502,52	-8 134 763,75	13 636 275,31	818 446,63	-1 225 393,06	6 058 014,28	6 058 014,28
ALTERAÇÕES NO PERÍODO									
Aplicação de resultados		0,00	0,00	-1 225 393,06	0,00	0,00	1 225 393,06	0,00	0,00
Realização do excedente de revalorização de activos fixos tangíveis e intangíveis		0,00	0,00	187 793,48	-187 793,48	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		0,00	0,00	-102 380,12	0,00	0,00	0,00	-102 380,12	-102 380,12
	7	0,00	0,00	-1 139 979,69	-187 793,48	0,00	1 225 393,06	-102 380,12	-102 380,12
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8						-585 408,70	-585 408,70	-585 408,70
RESULTADO EXTENSIVO	9=7+8						639 984,36	-687 788,82	-687 788,82
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO									
Outras operações		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	10	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSICÃO NO FIM DO ANO DE 2018	6+7+8+10	719 946,63	243 502,52	-9 274 743,44	13 448 481,83	818 446,63	-585 408,70	5 370 225,46	5 370 225,46

Porto, 20 de Maio de 2019

O Contabilista Certificado
 Dra. Ana Isabel Prieto

Ana Isabel Prieto

A Mesa Administrativa

Provedor - Rui Manuel Teixeira de Oliveira Barbosa

Vice-Provedor - João Ruy Ribas dos Santos

Tesoureiro - Maria Gabriela Guimarães Galvem Ramos

1.º Secretário - Vasco António Vasconcelos Peixoto Taveira

2.º Secretário - Francisco Bernardo Almada Lobo

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA NOSSA SENHORA DO CARMO
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA NO PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

(valores em Euro)

RUBRICAS	NOTAS	Períodos	
		2018	2017
Fluxos de caixa das atividade operacionais - método direto			
Recebimentos de clientes e utentes		412 551,01	189 339,47
Recebimentos de subsídios, doações e legados		104 711,67	116 807,43
Pagamento a fornecedores		-539 325,31	-625 263,62
Pagamentos ao pessoal		-675 645,13	-1 036 019,66
Caixa gerada pelas operações		-697 707,76	-1 355 136,38
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		16 113,41	-119,77
Outros recebimentos/pagamentos		-38 281,09	-529 013,68
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		-719 875,44	-1 884 269,83
Fluxos de caixa das atividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	-5 482,01
Investimentos financeiros		-650,76	-396,06
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		293 851,36	1 402 842,25
Outros ativos		350 000,00	0,00
Juros e rendimentos similares		999,04	479,07
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		644 199,64	1 397 443,25
Fluxos de caixa das atividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-22,46	0,00
Juros e gastos similares		0,00	-15 296,77
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		-22,46	-15 296,77
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		-75 698,26	-502 123,35
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		535 465,03	1 037 588,38
Caixa e seus equivalentes no fim do período	15.6	459 766,77	535 465,03

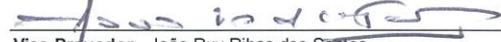
Porto, 20 de Maio de 2019

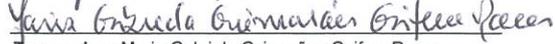
O Contabilista Certificado

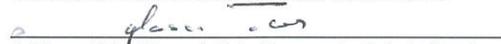

Dra. Ana Isabel Prista

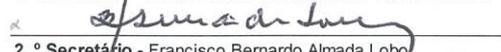
A Mesa Administrativa


Provedor - Rui Manuel Teixeira de Oliveira Barbosa


Vice-Provedor - João Ruy Ribas dos Santos


Tesoureiro - Maria Gabriela Guimarães Gaifem Ramos


1.º Secretário - Vasco António Vasconcelos Peixoto Taveira


2.º Secretário - Francisco Bernardo Almada Lobo

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Designação da entidade

Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo

Sede Social

Praça de Carlos de Alberto, n.º 32, 4099-004 Porto

Natureza da atividade

A Venerável Ordem Terceira do Carmo foi instituída no Porto a 13 de Julho de 1736. Uma vez erguida a Igreja ainda no século XVIII viria a surgir o seu Hospital com o ruir do século seguinte (1801).

Na sequência da alienação de parte do edifício sede da Ordem do Carmo ocorrida em Fevereiro de 2016, procedeu-se a uma reestruturação da atividade económica da Instituição.

Assim, podemos sistematizar as atuais valências da Ordem como seguem:

- 1. Igreja:** Contempla a Igreja do Carmo que é um Templo Majestoso, de rara beleza no estilo Barroco-Rococó. O seu interior, de uma nave só, é cheio de harmonia e enlevo, sendo uma autêntica oração em arte e beleza. A Igreja do Carmo e o serviço de culto religioso desde sempre mereceram um acompanhamento atento por parte da Mesa Administrativa que sempre procurou preservar a vocação religiosa da Instituição e a manutenção, conservação e disponibilidade do seu templo. Em Abril de 2018, inaugurou-se a primeira fase do Circuito turístico da Ordem do Carmo, abrangendo a Casa Estreita (Escondida), a Igreja e as Catacumbas onde se instalou a exposição permanente das Pratas da Ordem, que em Novembro e Dezembro de 2017 estiveram expostas no Museu Soares dos Reis.
- 2. Lares / Residência Permanente:** O sector dos “Lares / Residência Permanente” constitui o núcleo da função social e assistencial da Instituição, pois que é aí onde se concentra a realização máxima do seu objeto estatutário na componente de solidariedade, de apoio e de proteção dos Irmãos mais desprotegidos e carenciados. A Mesa Administrativa sempre teve presente, com muita preocupação, o apelo de quantos procuravam e pediam ajuda na

carência, presença no abandono, assistência na doença, alimentos na fome, companhia na solidão. Esta é a atividade principal presente desenvolvida pela Ordem do Carmo.

- 3. Cemitério:** Localizado em Agramonte (desde 1874) é destinado exclusivamente para os Irmãos da Ordem, não podendo obter a cedência dos terrenos para sepulturas ou jazigos, senão os Irmãos Benéficos ou Beneficiados admitidos há mais de um ano. Na seção privativa da ordem, encontram-se alguns dos monumentos mais importantes existentes no Cemitério de Agramonte. Tem a Mesa Administrativa feito um grande esforço para garantir a manutenção do espaço do cemitério em condições de limpeza e de arranjo das áreas ajardinadas, reconhecendo, embora, a necessidade de uma maior intervenção ao nível da conservação dos jazigos e da capela que centraliza o culto no espaço sob gestão da Ordem.

É da opinião da Mesa Administrativa que estas Demonstrações Financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Instituição, relativas ao período de 01 de Janeiro de 2018 a 31 de Dezembro de 2018 bem como a sua posição e performance financeira e fluxos de caixa à data de 31 de Dezembro de 2018.

As notas que se seguem respeitam a numeração definida pelo Sistema de Normalização Contabilística.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Bases de Apresentação

Em 2018 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL).

2.2. Derrogação das disposições da NCRF-ESNL

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pela NCRF-ESNL.

2.3. Efeitos das alterações à Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL)

As Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) foram alteradas em 29 de julho de 2015, com a publicação do Aviso nº 8259/2015, com aplicação ao exercício iniciado em 01 de Janeiro de 2016, o qual, tendo por base os elementos que dispomos não originou efeitos significativos nas demonstrações financeiras da empresa.

2.4. Comparabilidade das demonstrações financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são diretamente comparáveis com o exercício anterior.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1. Continuidade

A Mesa Administrativa entende que na presente data o equilíbrio financeiro da Ordem do Carmo encontra-se fortemente condicionado pelo sucesso das medidas operacionais atualmente em curso, em concreto, o exercício da sua atividade de acolhimento e apoio a idosos.

3.1.2. Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos

e gastos são registados respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” (**Notas 15.3 e 15.11**) e “Diferimentos” (**Nota 15.4**).

3.1.3. Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

Os ativos fixos tangíveis, com exceção da rubrica de Edifícios e Outras Construções, encontram-se valorizados ao custo, deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. A rubrica de Edifícios e Outras Construções que foram alvo de reavaliação encontram-se registados ao justo valor.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização.

Os custos subsequentes incorridos com renovações e grandes reparações, que façam aumentar a vida útil ou a capacidade produtiva dos ativos, são reconhecidos no custo do ativo. Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são reconhecidos como um gasto do período em que são incorridos.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

DESCRIÇÃO	VIDA ÚTIL ESTIMADA (EM ANOS)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	3 a 50
Equipamento de transporte	4 a 10
Equipamento de transporte	4
Equipamento administrativo	5 a 10
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 6

A Ordem do Carmo revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, e encontram-se espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos” ou “Outros gastos”.

Em Maio de 2010, tomando como base o valor patrimonial tributário, a Ordem procedeu à reavaliação do seu Património Imobiliário (exceto Prédio sito na Rua Clemente Meneses, n.º 74/82 Porto, o qual foi reavaliado com base em relatório de um Perito Avaliador Independente). Os Investimentos em Imóveis doados à Ordem, só a partir do Exercício de 2010 passaram a ser relevados contabilisticamente. Estes Investimentos em Imóveis foram, em 2011, objeto de uma Reavaliação Independente, emitido pela CPU – Consultores de Avaliação, Lda. (Ver **Nota 5.** abaixo).

O Património Artístico não se encontra relevado contabilisticamente. Um relatório de um Perito Independente datado de 2011 estima que o valor deste património poderá ascender a cerca de 800.000 euros (Oitocentos mil Euros).

Com as alterações às Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL), as propriedades de investimento (terrenos e edifícios) passaram a ser reconhecidas como ativos fixos tangíveis, a partir de 01 de janeiro de 2016.

3.2.2. Ativos Intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição de *software* são capitalizados ao custo histórico, assim como os gastos adicionais suportados pela sociedade, necessários à sua implementação.

Os gastos capitalizados são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada dos ativos. As amortizações dos ativos intangíveis são calculadas pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal, sendo a sua vida útil estimada de 3 anos.

3.2.3. Inventários

Os "Inventários" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado (matérias-primas, Subsidiárias e de Consumos). Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.4. Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;

- Entrada em incumprimento de uma das partes;
- Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e Créditos a Receber

Os "Clientes" e os "Créditos a Receber" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "Perdas por Imparidade" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente). Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.

Estas rubricas são apresentadas no Balanço como Ativo Corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como Ativos não Correntes.

Outros ativos e passivos financeiros

Os instrumentos financeiros cuja negociação ocorra em mercado líquido e regulamentado, são mensurados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas deste por contrapartida de resultados do período. Os custos de transação só podem ser incluídos na mensuração inicial do ativo ou passivo financeiro, quando mensurados ao custo menos perda por imparidade.

À data de relato a Entidade avalia todos os seus ativos financeiros que não estão mensurados ao justo valor por contrapartida de resultados. Havendo evidência objetiva de que se encontra em imparidade, esta é reconhecida nos resultados. Cessando de estar em imparidade, é reconhecida a reversão.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica "Caixa e depósitos bancários" inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outros Passivos Correntes

As dívidas registadas em "Fornecedores" e "Outros passivos correntes" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.5. Fundos Patrimoniais

A rubrica "Fundos" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "Fundos Patrimoniais" são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.6. Provisões

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado. O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data. Por sua vez, os Passivos Contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo

de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade. Tal como os Passivos Contingentes, os Ativos Contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.7. Financiamentos Obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

Os “Encargos Financeiros” de “Empréstimos Obtidos” relacionados com a aquisição, construção ou produção de “Investimentos” são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos só inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda.

A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso venda estejam concluídas. Há suspensão da capitalização durante períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades acima referidas seja interrompido. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

3.2.8. Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

- a) “As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;
- b) As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;
- c) As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

No entanto o n.º 3 do referido artigo menciona:

“A isenção prevista no n.º 1 não abrange os rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas fora do âmbito dos fins estatutários, bem como os rendimentos de títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor, e é condicionada à observância continuada dos seguintes requisitos:

- a) Exercício efetivo, a título exclusivo ou predominante, de atividades dirigidas à prossecução dos fins que justificaram o respetivo reconhecimento da qualidade de utilidade pública ou dos fins que justificaram a isenção consoante se trate, respetivamente, de Entidades previstas nas alíneas a) e b) ou na alínea c) do n.º 1;
- b) Afetação aos fins referidos na alínea anterior de, pelo menos, 50% do rendimento global líquido que seria sujeito a tributação nos termos gerais, até ao fim do 4.º período de tributação posterior àquele em que tenha sido obtido, salvo em caso de justo impedimento no cumprimento do prazo de afetação, notificado ao diretor -geral dos impostos, acompanhado da respetiva fundamentação escrita, até ao último dia útil do 1.º mês subsequente ao termo do referido prazo;
- c) Inexistência de qualquer interesse direto ou indireto dos membros dos órgãos estatutários, por si mesmos ou por interposta pessoa, nos resultados da exploração das atividades económicas por elas prosseguidas.”

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social, até 2000, inclusive, e cinco anos a partir de 2001), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2015 a 2018 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

4. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2017 e 2018, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

31 de Dezembro de 2017							
	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Alienação	Abates	Transferências	Imparidade Acumulada	Saldo em 31-Dez-2017
Custo							
Terrenos e recursos naturais	1 709 312,72	82 289,46	-409 025,00	0,00	212 554,76	0,00	1 595 131,94
Edifícios e outras construções	22 153 623,66	631 447,89	-1 252 117,41	-11 819 712,49	-212 554,76	0,00	9 500 686,89
Equipamento básico	6 318 329,24	5 000,00	0,00	-5 838 100,84	0,00	0,00	485 228,40
Equipamento de transporte	6 468,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6 468,16
Equipamento administrativo	1 590 866,37	3 457,71	0,00	-393 113,22	0,00	0,00	1 201 210,86
Outros ativos fixos tangíveis	37 369,40	0,00	0,00	-29 692,95	0,00	0,00	7 676,45
Ativos fixos tangíveis em curso	58 564,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58 564,00
Total (1)	31 874 533,55	722 195,06	-1 661 142,41	-18 080 619,50	0,00	0,00	12 854 966,70
Depreciações acumuladas							
Edifícios e outras construções	13 806 896,91	23 660,34	-162 826,35	-11 430 852,58	0,00	0,00	2 236 878,32
Equipamento básico	6 318 329,24	714,00	0,00	-5 838 100,84	0,00	0,00	480 942,40
Equipamento de transporte	6 468,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6 468,16
Equipamento administrativo	1 590 866,37	1 152,45	0,00	-393 113,22	0,00	0,00	1 198 905,60
Outros ativos fixos tangíveis	37 369,40	0,00	0,00	-29 692,95	0,00	0,00	7 676,45
Total (2)	21 759 930,08	25 526,80	-162 826,35	-17 691 759,59	0,00	0,00	3 930 870,94
Total (1)-(2)	10 114 603,47	696 668,26	-1 498 316,06	-388 859,91	0,00	0,00	8 924 095,76

31 de Dezembro de 2018							
	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Alienação	Abates	Transferências	Imparidade Acumulada	Saldo em 31-Dez-2018
Custo							
Terrenos e recursos naturais	1 595 131,94	0,00	-53 250,00	0,00	0,00	0,00	1 541 881,94
Edifícios e outras construções	9 500 686,89	339 348,84	-163 010,20	-442 851,66	0,00	0,00	9 234 173,87
Equipamento básico	485 228,40	0,00	0,00	-332 707,90	0,00	0,00	152 520,50
Equipamento de transporte	6 468,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6 468,16
Equipamento administrativo	1 201 210,86	3 100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1 204 310,86
Outros ativos fixos tangíveis	7 676,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 676,45
Ativos fixos tangíveis em curso	58 564,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	58 564,00
Total (1)	12 854 966,70	342 448,84	-216 260,20	-775 559,56	0,00	0,00	12 205 595,78
Depreciações acumuladas							
Edifícios e outras construções	2 236 878,32	182 755,20	-26 081,64	-340 471,43	0,00	0,00	2 053 080,45
Equipamento básico	480 942,40	714,00	0,00	-332 707,90	0,00	0,00	148 948,50
Equipamento de transporte	6 468,16	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6 468,16
Equipamento administrativo	1 198 905,60	1 539,95	0,00	0,00	0,00	0,00	1 200 445,56
Outros ativos fixos tangíveis	7 676,45	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	7 676,45
Total (2)	3 930 870,94	185 009,15	-26 081,64	-673 179,33	0,00	0,00	3 416 619,12
Total (1)-(2)	8 924 095,76	157 439,69	-190 178,56	-102 380,23	0,00	0,00	8 788 976,66

Os montantes incluídos na rubrica de alienações, em 2017, detalham-se como se segue:

ALIENAÇÕES 2017	Valor de Aquisição	Valor Contabilístico	Depreciações Acumuladas	Valor de Venda	Mais/Menos Valia
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS					
R. Breiner 242/248	15 051,08	98 600,00	0,00	112 500,00	13 900,00
R. Diu	2 841,09	20 775,00	0,00	26 250,00	5 475,00
R. Amial 687/681	23 718,25	231 600,00	0,00	177 500,00	-54 100,00
Av. República, 129, Paredes	10 534,76	36 475,00	0,00	35 375,00	-1 100,00
Rua dos Cedros, 14/18 - Art.º 5571 - Porto	19 073,12	21 575,00	0,00	20 000,00	-1 575,00
Sub-Total	71 218,30	409 025,00	0,00	371 625,00	-37 400,00
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES					
R. Breiner 242/248	45 153,23	301 836,70	38 484,18	337 500,00	74 147,48
R. Diu	20 775,00	63 596,97	8 002,62	78 750,00	23 155,65
R. Amial 687/681	71 154,77	708 979,64	92 167,35	532 500,00	-84 312,29
Av. República, 129, Paredes	31 604,29	111 658,18	14 980,81	106 125,00	9 447,63
Rua dos Cedros, 14/18 - Art.º 5571 - Porto	57 219,36	66 045,92	9 191,39	60 000,00	3 145,47
Sub-Total	225 906,65	1 252 117,41	162 826,35	1 114 875,00	25 583,94
Total	297 124,95	1 661 142,41	162 826,35	1 486 500,00	-11 816,06 (a)

(a) Ver notas 15.14 e 15.15

Os montantes incluídos na rubrica de alienações, em 2018, detalham-se como se segue:

ALIENAÇÕES 2018	Valor de Aquisição	Valor Contabilístico	Depreciações Acumuladas	Valor de Venda	Mais/Menos Valia
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS					
Rua Capitão Pombeiro, nº 29 a 31	7 281,20	10 450,00	0,00	28 750,00	18 300,00
Rua da Constituição, nº 1040	8 125,34	42 800,00	0,00	82 500,00	39 700,00
Sub-Total	15 406,54	53 250,00	0,00	111 250,00	58 000,00
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES					
Rua Capitão Pombeiro, nº 29 a 31	21 843,60	31 989,79	5 118,37	86 250,00	59 378,58
Rua da Constituição, nº 1040	24 376,01	131 020,41	20 963,27	247 500,00	137 442,86
Sub-Total	46 219,61	163 010,20	26 081,64	333 750,00	196 821,44
Total	61 626,15	216 260,20	26 081,64	445 000,00	254 821,44 (a)

(b) Ver notas 15.14 e 15.15

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, as rubricas de Terrenos e Edifícios detalham-se como segue:

INVESTIMENTOS EM IMÓVEIS	ANO AQUISIÇÃO	CÓDIGO	31.12.2018	31.12.2017
TERRENOS E RECURSOS NATURAIS				
Praça Carlos Alberto 9/16 - Art 367.º	2010	3537	97 080,00	97 080,00
Praça Carlos Alberto 39/44 - Art 376.º	2010	3531	76 080,00	76 080,00
Praça Carlos Alberto, 27 - Art 371.º	2010	3525	54 070,00	54 070,00
Praça Carlos Alberto, 29/31 - A - Art 373.º	2010	3511	39 580,00	39 580,00
Rua Conde de Avranches, 519/535, R/C	2010	3549	95 925,00	95 925,00
Rua Guerra Junqueiro, 71 - Art 2134	2010	3595	86 000,00	86 000,00
Rua Guerra Junqueiro, 57 - Art 2135	2010	3593	83 325,00	83 325,00
Cemitério	2011		319 418,75	319 418,75
Outros			690 403,19	743 653,19
Total Ativos Fixos Tangíveis - Terrenos (1)			1 541 881,94	1 595 131,94
EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES				
Praça Carlos Alberto 29/31 - Art 373	2010	3512	99 353,88	101 777,14
Praça Carlos Alberto 1/4 - Art 364	2010	3514	80 050,41	82 002,86
Praça Carlos Alberto, 27 - Art 371.º	2010	3526	135 726,71	139 037,12
Praça Carlos Alberto 39/44 - Art 376	2010	3532	190 976,32	195 634,28
Praça Carlos Alberto 9/16 - Art 367	2010	3538	243 690,61	249 634,28
Edifício Hospital do Carmo - Praça Carlos Alberto, 32 - Art.º 363I	2010		1 290 807,04	1 322 290,14
Edifício de igreja do Carmo - Praça Carlos Alberto - Art.º 363	2010		503 379,59	515 657,14
Rua Conde de Avranches, 519/535, R/C	2010	3550	240 791,31	246 664,27
Rua Guerra Junqueiro, 57 - Art 2135	2010	3594	209 162,75	214 264,29
Rua Guerra Junqueiro, 71 - Art 2134	2010	3596	215 877,55	221 142,86
Cemitério	2011		804 935,25	824 100,38
Outros			3 166 341,97	3 151 603,79
Total Ativos Fixos Tangíveis - Edifícios (2)			7 181 093,42	7 263 808,57
Total Ativos Fixos Tangíveis (1)+ (2)			8 722 975,36	8 858 940,51

Os Edifícios e Outras Construções, conforme referido na **nota 3.2.1**, foram objeto de reavaliação independente, em 2010 e 2011. Estes bens com a transição para a norma do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) foram considerados como custo, estando em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 ao custo.

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Relativamente aos Ativos Intangíveis, os movimentos ocorridos, no período de 2017 e 2018, foram os seguintes:

31 de Dezembro de 2017				
	Saldo em 01-Jan-2017	Aquisições / Dotações	Abates	Saldo em 31-Dez-2017
Custo				
Programas de computador	3 891,72	5 482,01	0,00	9 373,73
Total (1)	3 891,72	5 482,01	0,00	9 373,73
Amortizações acumuladas				
Programas de computador	3 026,59	2 692,28	0,00	5 718,87
Total (2)	3 026,59	2 692,28	0,00	5 718,87
Total (1)-(2)	865,13	2 789,73	0,00	3 654,86

31 de Dezembro de 2018				
	Saldo em 01-Jan-2018	Aquisições / Dotações	Abates	Saldo em 31-Dez-2018
Custo				
Programas de computador	9 373,73	0,00	0,00	9 373,73
Total (1)	9 373,73	0,00	0,00	9 373,73
Amortizações acumuladas				
Programas de computador	5 718,87	1 827,15	0,00	7 546,02
Total (2)	5 718,87	1 827,15	0,00	7 546,02
Total (1)-(2)	3 654,86	-1 827,15	0,00	1 827,71

7. FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de Financiamentos Obtidos, detalha-se como segue:

Descrição	2018			2017		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	22,46	0,00	22,46
Total	0,00	0,00	0,00	22,46	0,00	22,46

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os empréstimos bancários foram integralmente liquidados no decurso do exercício de 2016 tendo por base as condições de pagamento previstas no Plano Especial de Revitalização para liquidação da dívida às instituições financeiras.

8. INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a rubrica Inventários apresentava os seguintes valores:

	2018	2017
Mercadorias	0,00	0,00
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, a rubrica de Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas detalha-se como segue:

	2018	2017
Inventários iniciais	0,00	1 529,56
Compras	11 968,08	14 183,04
Reclassificação e regularização de inventários	0,00	0,00
Inventários finais	0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	11 968,08	15 712,60

9. RÉDITO

Para os períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2018	2017
Lares	105 713,46	101 294,15
Cemitério	165 997,25	66 757,00
Museu	129 228,50	0,00
Prestação de Serviços	400 939,21	168 051,15

10. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES, ATIVOS CONTINGENTES E GARANTIAS

Passivos Contingentes

Em 31 de Dezembro de 2018, a Ordem do Carmo não tinha processos em curso que possam ser avaliados como passivos contingentes.

Todos os processos em curso, à data da entrada do Plano Especial de Revitalização (PER) encontram-se suspensos dado o cumprimento do PER por parte da Ordem do Carmo.

A Mesa Administrativa não tem conhecimento de qualquer litígio pendente ou potencial ou de qualquer reclamação de natureza fiscal ou outra, com consequências significativas para a Ordem do Carmo.

Ativos Contingentes

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, a Ordem do Carmo não tinha processos em curso que possam ser avaliados como ativos contingentes.

Garantias

Em 31 de Dezembro de 2018, não existem quaisquer garantias prestadas.

11. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto corrente contabilizado, é como segue:

Descrição	2018	2017
IRC Liquidado	0,00	0,00
Tributação Autónoma	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

A decomposição do montante de imposto do período reconhecido nas Demonstrações Financeiras é conforme segue:

Descrição	2018	2017
Imposto Corrente	0,00	0,00
Imposto Diferido	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

Conforme o nº 1, alínea a) do art.10º do Código do IRC, estão isentas as instituições particulares de solidariedade social. Ora, sendo a Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS) reconhecida pelo Ministro de Estado e das Finanças, onde se define a respetiva amplitude, de harmonia com os fins prosseguidos e as atividades desenvolvidas para a sua realização, está isenta do pagamento de Imposto sobre os Rendimentos de Pessoas Coletivas (IRC).

12. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO

Em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, a Ordem do Carmo não efetuou transações em moeda estrangeira, não havendo alterações das taxas de câmbio.

13. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Os órgãos diretivos da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de empregados da entidade ao longo do ano, e o número no período findo em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017, foi de:

	2018	2017
Número médio de empregados	48	42
Número de empregados no fim do período	45	47

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2018	2017
Remunerações ao Pessoal	526 382,73	612 192,41
Indemnizações	272,86	151 942,40
Encargos sobre as Remunerações	108 453,01	127 249,78
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	9 809,11	7 613,50
Gastos de Acção Social	851,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	3 189,51	253,79
Total	648 958,22	899 251,88

14. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

Informa-se que em 31 de Dezembro de 2018 e de 2017 a Entidade não tem dívidas em mora à Segurança Social nem ao Estado.

15. OUTRAS INFORMAÇÕES

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

15.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2018	2017
Outros Investimentos Financeiros		
Outros Métodos	1 898,24	1 247,48
Total	1 898,24	1 247,48

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o montante evidenciado nesta rubrica de 1.898,24 euros refere-se às entregas mensais pela entidade empregadora para o Fundo Compensação Trabalho (FCT), mensuradas ao custo.

15.2. Clientes e Utentes

Para os períodos de 2018 e 2017 a rubrica Clientes encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Clientes e Utentes c/c	257 351,74	485 102,37
Clientes	2 449,55	30 405,59
Utentes	251 252,19	451 133,93
Lares Utentes	3 650,00	3 562,85
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	90 773,18	0,00
Clientes	90 773,18	0,00
Total (1)	348 124,92	485 102,37
Imparidades de Clientes e Utentes c/c	-90 773,18	0,00
Clientes	-90 773,18	0,00
Total (2)	-90 773,18	0,00
Total (1)+(2)	257 351,74	485 102,37

A Mesa Administrativa considera que o saldo da rubrica de Utentes está em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 sobreavaliado por um montante, presentemente, não quantificável, em virtude das penhoras ocorridas sobre os montantes a receber das entidades de saúde, entre as quais ADSE, SAMS Quadros, etc., montantes esses recebidos pelos agentes de execução, os quais até à presente data ainda não apresentaram as devidas contas à Ordem do Carmo.

Após análise final, o montante recebido diretamente pelos agentes de execução será abatido aos valores em dívida a fornecedores e/ou outros credores.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o movimento das imparidades é como segue:

Imparidades	2018	2017
Início período	0,00	578 983,58
Aumentos	90 773,18	0,00
Utilizações	0,00	0,00
Reduções	0,00	-578 983,58
Final do período	90 773,18	0,00

A constituição de imparidade em 2018 no valor de 90.773,18 euros refere-se ao Processo ILCN (Instituto Luso-Cubano de Neurologia), presentemente em curso.

Em 2017, a Mesa Administrativa decidiu abater do ativo as dívidas de clientes em cobrança duvidosa, sobre a qual já havia sido constituída imparidade porque (i) referem-se a saldos decorrentes da atividade hospitalar que neste momento já está encerrada e (ii) face à sua antiguidade e os mesmos se encontrarem parados há muitos anos, não existe qualquer hipótese de recuperabilidade.

15.3. Créditos a Receber

A rubrica Créditos a Receber, em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, detalha-se como segue:

Descrição	2018	2017
Adiantamentos de fornecedores	6 166,58	6 248,59
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	11 611,80
Outros Devedores	180 995,98	458 323,63
Perdas por Imparidade (a)	-50 462,00	-50 462,00
Total	136 700,56	425 722,02

- (a) As perdas por imparidade referem-se às rendas de alguns inquilinos, dadas as dificuldades tidas na cobrança dos valores devidos. A Mesa Administrativa está a tentar solucionar estas questões por recurso à via judicial.

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o movimento das imparidades é como segue:

Imparidades	2018	2017
Início período	50 462,00	49 709,00
Aumentos	0,00	753,00
Utilizações	0,00	0,00
Reduções	0,00	0,00
Final do período	50 462,00	50 462,00

Relativamente a Outros Devedores, estes para os períodos de 2018 e 2017, são discriminados da seguinte forma:

CRÉDITOS A RECEBER	31/12/2018	31/12/2017
Adiantamentos de fornecedores	6 166,58	6 248,59
Devedores por Acrecimos Rendimentos - Rendas a cobrar	0,00	11 611,80
Devedores por Contratos de Arrendamento (a)	36 900,00	362 664,31
Outros	93 633,98	45 197,32
Total	136 700,56	425 722,02
Total Créditos a Receber	136 700,56	425 722,02

(a) O saldo de 2017 refere-se a rendas que foram objeto de penhoras, tendo sido entregues aos Agentes de Execução. Em 2018, após a análise e reconciliação de alguns processos judiciais e de algumas contas prestadas por Agentes de Execução, foi possível apurar o verdadeiro valor a receber dos inquilinos.

15.4. Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica Diferimentos englobava os seguintes saldos:

Descrição	2018	2017
Gastos a reconhecer:		
Outros	0,00	1 785,45
Total	0,00	1 785,45
Rendimentos a reconhecer:		
Rendas	14 717,77	10 201,07
Outros (a)	1 714 340,68	1 822 261,29
Total	1 729 058,45	1 832 462,36

(a) O valor de 1.714.340,68 euros, em 31 de Dezembro de 2018, constante na rubrica "Outros" em Rendimentos a reconhecer refere-se ao perdão previsto no Plano Especial de Revitalização, a reconhecer em anos futuros, à medida que os pagamentos serão efetuados.

15.5. Outros ativos correntes

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, o montante evidenciado nesta rubrica de 5.017,85 refere-se aos ativos financeiros (ações) detidos nos bancos BPI e BCP, valorizados ao justo valor, cujas variações são refletidas na Demonstração de Resultados. Em 2018, foi refletida uma variação positiva de 34,89 euros.

15.6. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de Caixa e Depósitos Bancários, a 31 de Dezembro de 2018 e 2017, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2018	2017
Caixa	13 103,63	21 256,17
Depósitos à ordem	93 279,64	160 976,83
Depósitos a prazo	353 383,50	353 232,03
Total	459 766,77	535 465,03

15.7. Fundos Patrimoniais

Nos Fundos Patrimoniais ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-Jan-2018	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-Dez-2018
Fundos	719 946,63	0,00	0,00	719 946,63
Reservas	243 502,52	0,00	0,00	243 502,52
Resultados transitados	-8 134 763,74	187 793,49	-1 327 773,19	-9 274 743,44
Excedentes de revalorização	13 636 275,31	0,00	-187 793,49	13 448 481,83
Outras variações nos fundos patrimoniais	818 446,63	0,00	0,00	818 446,63
Resultado líquido do período	-1 225 393,06	1 225 393,06	-585 408,70	-585 408,70
Total	6 058 014,29	1 413 186,55	-2 100 975,37	5 370 225,46

Aplicação de Resultados

A Assembleia Geral Anual, relativa à aprovação de contas do exercício de 2017 deliberou que o Resultado Líquido Negativo do Exercício de 2017, de 1.225.393,06 euros (Um Milhão Duzentos e Vinte e Cinco Mil Trezentos e Noventa e Três Euros e Seis Cêntimos) fosse transferido na sua totalidade para a rubrica de Resultados Transitados.

Excedentes de Revalorização

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de Excedentes de Revalorização, detalha-se como segue:

	Saldo 31-12-2017	Depreciações exercício 2018	Alienações	Saldo 31-12-2018
Terrenos e Recursos Naturais	1 107 836,32	0,00	-37 843,46	1 069 992,86
Edifícios e Outras Construções	12 528 438,99	-50 921,55	-99 028,48	12 378 488,97
Excedentes Revalorização AFT e Propriedades Investimento	13 636 275,31	-50 921,55	-136 871,94	13 448 481,83
Valor Reavaliações Efetuadas	16 501 054,36	-50 921,55	-136 871,94	16 313 260,88

Outras Variações nos Fundos Patrimoniais

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de Outras Variações no Fundo Patrimonial, refere-se a Doações, como segue:

Doações	2018	2017
Dolores Ferreira Tavares	352 445,98	352 445,98
Maria Raquel Cupertino Miranda	271 860,89	271 860,89
Maria Alzira Dias Gonçalves	51 886,69	51 886,69
Legado	41 481,61	41 481,61
Artur Gualberto Rodrigues	30 460,60	30 460,60
Outros	70 310,86	70 310,86
Total	818 446,63	818 446,63

15.8. Provisões

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a rubrica de Provisões, detalha-se como segue:

Descrição	2017	Aumentos	Reversão	2018
Processos judiciais em curso	0,00	30 000,00	0,00	30 000,00
Total	0,00	30 000,00	0,00	30 000,00

15.9. Fornecedores

O saldo da rubrica de Fornecedores é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Fornecedores c/c	179 633,35	645 421,94	65 229,12	782 749,46
Total	179 633,35	645 421,94	65 229,12	782 749,46

15.10. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de Estado e outros Entes Públicos está dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Ativo		
Imposto sobre o Rendimento	119,77	119,77
Retenção Imposto sobre Rendimento	0,00	10 288,90
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	34 944,50	0,00
Segurança Social	492,50	492,50
Total	35 556,77	10 901,17
Passivo		
Retenção Imposto sobre Rendimento	4 925,89	11 530,35
Segurança Social	11 807,60	25 569,59
Outros Impostos e Taxas	66,36	35,26
Total	16 799,85	37 135,20

Informa-se que em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, a Entidade não tem dívidas em mora à Segurança Social nem ao Estado.

15.11. Outros Passivos Correntes

A rubrica Outros Passivos Correntes desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2018		2017	
	Corrente	Não Corrente	Corrente	Não Corrente
Adiantamentos de clientes	0,00	0,00	85 997,96	0,00
Pessoal	89 885,03	0,00	218 601,71	0,00
Complementos de Reforma	101 494,01	0,00		
Credores por acréscimos de gastos				
Remunerações a pagar	90 153,32	0,00	89 578,26	0,00
Outras operações	30 300,50	0,00	32 528,50	0,00
Fornecedores de Investimentos	3 361,79	9 244,91	969,75	11 636,95
Adiantamentos por conta de vendas	350 000,00	0,00	0,00	0,00
Cauções contratos arrendamento/ERPI	21 400,00	0,00	0,00	0,00
Outros credores	213 378,90	806 738,79	151 186,03	1 026 915,06
Total	899 973,55	815 983,70	578 862,21	1 038 552,01

15.12. Subsídios, Doações e Legados à Exploração

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 a rubrica Subsídios, Doações e Legados à exploração apresentava os seguintes valores:

Descrição	2018	2017
Doações e Heranças		
Donativos	2 860,00	13 429,53
Esmolas Igreja	98 025,54	88 524,90
Subsídios do Estado - Segurança Social		
Lay-off	2 539,43	14 853,00
Reembolsos Funeral	1 286,70	0,00
Total	104 711,67	116 807,43

15.13. Fornecimentos e serviços externos

A rubrica de Fornecimentos e serviços externos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 detalha-se como segue:

Descrição	2018	2017
Subcontratos	117 068,61	113 968,92
Honorários	115 782,84	134 412,81
Trabalhos Especializados	84 966,57	135 987,30
Eletricidade	46 963,30	56 729,03
Conservação e reparação	19 764,23	39 496,60
Comissões	16 251,00	0,00
Publicidade e Propaganda	14 945,86	1 230,28
Água	14 042,48	17 488,33
Encargos Saúde Utentes	11 694,93	9 186,14
Comunicação	10 529,28	16 126,31
Material de Escritório	8 520,51	3 604,10
Limpeza, higiene e conforto	6 928,63	17 314,04
Rendas e alugueres	5 196,88	16 135,01
Seguros	3 908,00	5 688,89
Combustíveis/Gás	2 584,66	8 483,64
Contencioso e Notariado	1 898,31	9 602,95
Deslocações e Estadas/Transportes	603,11	2 414,65
Outros	22 424,20	24 129,75
Total	504 073,40	611 998,75

15.14. Outros rendimentos

A rubrica de Outros rendimentos encontra-se em 2018 e 2017 dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Rendas e Outros rendimentos em Investimentos Não Financeiros		
Alienações de imóveis - Mais-valias	254 821,44	126 596,23
Arrendamento de imóveis	177 397,74	185 292,12
Outros Rendimentos	13 832,35	0,00
Outros rendimentos e ganhos		
Correções relativas a períodos anteriores	0,00	162 579,35
Perdão PER	71 800,25	139 058,30
Restituição de Impostos	16 113,41	0,00
Outros	6,30	17,76
Juros de depósitos a prazo	999,04	479,07
Total	534 970,53	614 022,83

15.15. Outros gastos

A rubrica de Outros gastos encontra-se em 2018 e 2017 dividida da seguinte forma:

Descrição	2018	2017
Impostos	6 881,69	7 778,60
Gastos e perdas investimentos não financeiros		
Alienações de imóveis - Menos-valias	0,00	138 412,29
Abate	0,00	749 533,08
Outros Gastos	0,00	1 000,00
Outros Gastos e Perdas		
Correções relativas a períodos anteriores	143 376,17	16 991,59
Multas e Penalidades	1 857,00	15 296,77
Outros	1 340,96	0,00
Total	153 455,82	929 012,33

15.16. Resultados Financeiros

Nos períodos de 2018 e 2017 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2018	2017
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Resultados financeiros	0,00	0,00

16. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2018 foram aprovadas pela Mesas Administrativa em 20 de Maio de 2019.

17. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram quaisquer factos relevantes desde 31 de Dezembro de 2018 até à presente data.

18. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

A Mesa Administrativa propõe que o resultado líquido negativo de 585.408,70 euros (Quinhentos e Oitenta e Cinco Mil Quatrocentos e Oito Euros e Setenta Cêntimos) seja transferido na sua totalidade para a rubrica de Resultados Transitados.

Porto, 20 de Maio de 2019

O Responsável pela Contabilidade

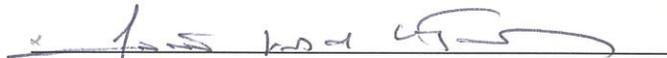


Dra. Ana Isabel Prista

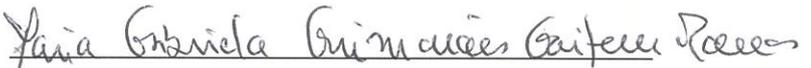
A Mesa Administrativa



Provedor Rui Manuel Teixeira de Oliveira Barbosa



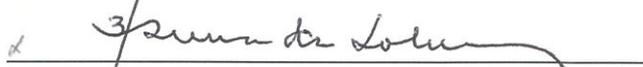
Vice-Provedor João Ruy Ribas dos Santos



Tesoureiro Maria Gabriela Guimarães Gaifem Ramos



1.º Secretário Vasco António Vasconcelos Peixoto
Taveira



2.º Secretário Francisco Bernardo Almada Lobo

RELATÓRIO DE EXAME

À Mesa Administrativa

da **VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA NOSSA SENHORA DO CARMO**

Introdução

1. Procedemos ao exame simplificado das demonstrações financeiras da **VENERÁVEL ORDEM TERCEIRA NOSSA SENHORA DO CARMO** (abaixo designada por **Ordem do Carmo**), do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018, as quais compreendem o Balanço, (que evidencia um total de 9.687.096,30 euros e um total de fundo de capital 5.370.225,46 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 585.408,70 euros), a Demonstração dos Resultados por Natureza, a Demonstração de Fluxos de Caixa e Demonstração das Alterações no Capital Próprio do período findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Mesa Administrativa a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o resultado das operações e os fluxos de caixa da Entidade, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em emitir um relatório com base no nosso exame simplificado daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas aplicáveis a exames simplificados, as quais exigem que este exame seja planeado e executado com o objetivo de obter um nível de segurança moderado sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

5. O nosso trabalho consistiu:

- a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a apreciar:
- a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira;
 - a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;



- a aplicação, ou não, do princípio da continuidade; e
- a apresentação da informação financeira;

b) em testes substantivos às transações não usuais de grande significado.

Reserva

6. Conforme referido nas **Notas 15.2.** do Anexo às Demonstrações Financeiras, na presente data a maioria dos Agentes de Execução ainda não prestou as devidas contas junto da Ordem do Carmo. Consequentemente, não nos é possível aferir os eventuais impactos nas Demonstrações Financeiras de 2017 e 2018 decorrentes da clarificação desta matéria.

Parecer

7. Com base no trabalho efetuado, para além das matérias constantes na **Reserva 6.** acima, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que as referidas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2018 não estejam isentas de distorções materialmente relevantes que afetem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Ênfase

8. Sem afetar o parecer contante no Ponto anterior salientamos que o equilíbrio financeiro da Ordem do Carmo e o cumprimento das obrigações financeiras no âmbito do PER (Plano Especial de Revitalização) continua condicionado pelo sucesso das medidas operacionais atualmente em curso, em concreto, o acréscimo do exercício da sua atividade de acolhimento e apoio a idosos.

Marco de Canaveses, 24 de Maio de 2019

Jorge Amorim & Susana Pereira, SROC, Lda. (SROC n.º 207)

Representada por Joaquim Jorge Amorim Machado, ROC n.º 1.157